

O Brasil diante do desafio de se reposicionar no mundo¹

POCHMANN, Marcio

Resumo

O texto está dividido em duas abordagens principais: a primeira explora o entendimento sobre as transformações contemporâneas do capitalismo, e a segunda focaliza o reposicionamento brasileiro na dinâmica capitalista atual, com destaque para suas consequências no mundo do trabalho. O início de século 21 é marcado por transformações profundas no modo de produção capitalista, as quais se manifestam por intermédio da própria crise econômica, porém, são mais abrangentes do que a crise no período atual. Trata-se da perda relativa da importância dos Estados Unidos da América (EUA), acompanhada pela expansão asiática, especialmente da China. Nesse contexto, o trabalho está submetido a um processo de alienação violento, que vem permitindo um aumento no grau de exploração talvez sem paralelo na história. Sob essas condições, o Brasil está diante da oportunidade de definir novas formas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Brasil. Reposicionamento. Desenvolvimento. Trabalho.

Abstract

The text is divided in two main approaches: the first part addresses the understanding about the contemporary transformations of capitalism and the second focuses on the repositioning of Brazil in current capitalist dynamics, especially its consequences in the workplace. The early twenty-first century is marked by deep transformations in the capitalist mode of production, which manifests itself through the crisis, however, are more comprehensive than the crisis in the current period. It is the relative loss of importance of the United States of America (USA), accompanied by expansion of Asia, especially China. In this context, the work is subjected to a violent process of alienation, which has resulted in an increase in the degree of exploitation perhaps unparalleled in History. Under these conditions, Brazil is faced with the opportunity to define new ways of development.

Keywords: Brazil. Repositioning. Development. Work.

1 O presente ensaio é versão revisada da palestra ministrada em 12/08/2011 por ocasião da Semana do Economista, evento organizado pelo Curso de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Transcrição de Marcelo Thiago Montanha e revisão técnica de Jefferson O. Goulart.

Novas centralidades

Esta exposição será dividida em duas partes: a primeira relacionada ao entendimento sobre as transformações que estamos vivendo hoje no capitalismo, as quais me parecem fundamentais para entender a segunda questão, relativa ao reposicionamento brasileiro na dinâmica capitalista contemporânea e, particularmente, suas consequências para o mundo do trabalho.

Em relação à primeira parte, sobre as principais transformações nesse início do século 21, vivemos um quadro de modificações profundas no modo de produção capitalista, que se manifestam por intermédio da própria crise, mas são mais abrangentes do que a crise no período atual. Em termos institucionais, uma primeira grande mudança está relacionada à constituição de novas centralidades dinâmicas no mundo. Assistimos a um fenômeno que não é novo, mas singular na história do capitalismo, referente a um deslocamento do centro dinâmico, ou seja, estamos convivendo com uma perda relativa da importância dos Estados Unidos da América (EUA) e uma gradativa expansão asiática, especialmente chinesa. Há inegáveis sinais de decadência dos EUA, que ainda seguem como um país rico, mas não o suficiente para ser o centro dinâmico do mundo.

Essa particularidade pode ser comparada a outros fatos do passado, como o reconhecimento de que até o fim do século 18, da I Revolução Industrial até 1750, o centro dinâmico do mundo era representado pela China e pela Índia. Nessa fase, as sociedades eram caracterizadas pelo modo de vida agrário e dependiam basicamente do trabalho e da produção agrícola e os países mais importantes, com maior participação na produção global, eram aqueles que possuíam maior quantidade de terras e maior número de trabalhadores nessa terra. China e Índia eram, então, as regiões do mundo que concentravam a maior parte da população envolvida com a produção. As estatísticas que se referem àquele período mostravam justamente que esses dois países concentravam a maior parte da produção do mundo não apenas do ponto de vista agrícola, mas também no que diz respeito à artesanaria: tecidos indianos e chineses e toda a produção vinculada à cerâmica eram fundamentalmente originárias desses dois países.

A partir de 1750, a Revolução Industrial possibilitou a introdução do tear mecânico, do motor a vapor, da ferrovia, etc., e esses adventos permiti-

ram, pela primeira vez na história, que países pequenos, com reduzida população, fossem capazes de produzir em grande escala, com elevada produtividade. E esse volume é tão grande que supera as necessidades, pelo menos da parcela da população local que tem dinheiro para consumir, abrindo a perspectiva para exportações por intermédio da indústria. A industrialização permite que a Inglaterra se transforme na grande oficina do mundo e, com isso, o centro dinâmico do mundo é deslocado da Ásia, até o século 18, para a Europa, especialmente a Inglaterra. E assim, basicamente até o fim do século 19 e o início do século 20, se imporá a hegemonia inglesa, que se dá não apenas pela presença da indústria, mas também associada à sua capacidade de inovação tecnológica, à força militar e ao peso da sua moeda, a libra. Verifica-se, ainda, o padrão ouro decorrente desse processo, que enfim se transforma na unidade monetária internacional.

A 2ª Revolução Industrial, em 1850, combinada à grande depressão do fim do século 19, de 1873 a 1896, representa um momento de desarticulação e enfraquecimento da Inglaterra. O aparecimento da energia elétrica e do motor a combustão ensejam um segundo ciclo de inovação na tecnologia que vai permitir que países em processo de industrialização desde a segunda metade do século 19 sejam capazes de produzir com maior escala e maior produtividade, superando a indústria inglesa. E basicamente dois países vão disputar a sucessão inglesa: de um lado, a Alemanha, e, de outro, os EUA. Essa sucessão se torna muito tensa, a tal ponto que temos duas grandes guerras mundiais, cujo resultado é basicamente a definição dos EUA como o novo centro dinâmico, provocando uma mudança no eixo econômico mundial.

Os EUA irão exercer sua hegemonia em disputa com a União Soviética a partir de 1947, mediante um mundo polarizado no qual, inegavelmente, os EUA tem maior importância pelo seu complexo industrial e tecnológico, resultado das duas experiências de guerra que enfrentaram, da própria saída da depressão de 1929 e do seu inegável poder militar, além da força da sua moeda, o dólar.

Atualmente, porém, há uma sucessão desse poder econômico, tecnológico e militar, não em sua totalidade, mas em crescente deslocamento para a Ásia, fundamentalmente a China. Trata-se de um quadro internacional de transição no sentido de permitir o aparecimento de novas centralidades dinâmicas. Inegavelmente, os EUA seguirão como um importante eixo, assim como a Europa e o Ja-

pão. Nesse cenário, há espaço para a construção de outro centro dinâmico no sul do continente americano, possivelmente favorável para o Brasil.

Esse é o primeiro aspecto a ressaltar do ponto de vista das transformações da conjuntura mundial: o aparecimento de novas centralidades e a possibilidade de que países da periferia do capitalismo possam ter condições de se reposicionarem no mundo. Para configurar um centro dinâmico mundial, um país deve reunir algumas características principais: poder militar para levar a diplomacia ao limite; um complexo tecnológico avantajado, elemento chave para a competição; unidade monetária e moeda de custo internacional. Países que não oferecem essas três características, simultaneamente, são definidos como periféricos, dependentes, subordinados. É o caso do Brasil.

A segunda transformação está relacionada à construção de uma fase de predomínio da ultramonopolização do capital que, a rigor, também não é novidade na dinâmica do capitalismo. Porém, convivemos atualmente com uma concentração privada sem paralelo no mundo, num contexto em que quinhentas grandes corporações transnacionais dominam qualquer setor de atividade econômica mundial. Essas corporações já respondem por cerca de 47% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, isto é, metade do que é produzido no mundo depende delas. Em qualquer setor de atividade econômica, há cinco, ou no máximo seis, empresas que dominam a produção no mundo. São corporações que, de tão grandes, seu faturamento torna-se maior do que o de alguns países. Por exemplo, as três maiores transnacionais do mundo, se somados todos os seus faturamentos, equivalem ao tamanho do Brasil, o sétimo do mundo. As cinquenta maiores corporações do mundo têm o faturamento superior ao PIB de 150 países somados. Assim, estamos vivendo uma fase do capitalismo que coloca em xeque a construção do Estado Nacional, porque foi superada a fase em que os países tinham empresas. Agora são as empresas que possuem países! O Brasil tem a Petrobras ou a Petrobras tem o Brasil? Afinal, o faturamento da Petrobras já é maior que o PIB da Argentina, para desgosto dos argentinos.

A Petrobras, sozinha, responde por 12% do PIB brasileiro e por 40% dos engenheiros contratados em assalariamento no Brasil. Isso ocorre no momento em que a empresa está apenas iniciando seus grandes investimentos na exploração do petróleo na camada do pré-sal. Completando-se esse ciclo, a Petrobras poderá responder por 40% do PIB

do Brasil, ratificando o seu espaço no ranking nas maiores empresas mundiais.²

A participação dessas empresas na economia, tanto local quanto mundial, é tão grande que uma interrupção no seu funcionamento precisamente pelo seu peso e alcance, leva à bancarrota todo o sistema econômico. Esse fenômeno ocorreu na crise econômica de 2008, quando o banco norte-americano *Lehman Brothers* abriu concordata e levou consigo, como efeito dominó, os demais bancos do país. Essas grandes empresas, por não poderem falir, estão abrindo precedentes para uma associação crescente com o Estado, atuando, assim, como fundo público. Depois de duas décadas de predomínio do neoliberalismo, quem imaginaria que uma empresa privada – é o caso da *General Motors*, identificada como competitiva e eficiente, ao contrário do Estado, visto como sinônimo de ineficiência – dependeria do orçamento do governo norte-americano?

Vivemos um momento em que as grandes corporações, por meio da sua influência monetária, se associam ao Estado e colocam em xeque algo que foi constitutivo do ponto de vista do próprio desenvolvimento capitalista: o regime democrático e a liberdade. A situação atual, guardadas as devidas proporções, é parecida com a de uma cidade de cinco mil habitantes onde se instala uma companhia siderúrgica que vai contratar três ou quatro mil trabalhadores, o que vai gerar faturamento e tributação para a prefeitura. Mas, enfim, quem manda na cidade: o prefeito democraticamente eleito ou o presidente da siderúrgica?

O capitalismo – economia de mercado definida como livre iniciativa – praticamente desaparece na medida em que ocorre a ultramonopolização do capital. As poucas empresas responsáveis pela movimentação do capital mundial não podem interromper seu funcionamento.

A liberdade individual também fica comprometida face ao poder dessas grandes corporações, que, por financiarem também campanhas políticas, partidos e candidatos, definem parte significativa da representação democrática. O processo político e a política cada vez mais equivalem a dinheiro. A

2 A esse respeito, ver matéria sobre a classificação das maiores empresas do mundo organizada pela Revista Forbes. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/04/21/forbes-situa-jpmorgan-como-maior-empresa-do-mundo-petrobras-e-8.jhtm>>. Acesso em 12 set. 2011.

questão é ter ou não ter condições para financiar os gastos enormes que representam as campanhas eleitorais.

Uma terceira transformação no capitalismo está relacionada à transição em relação ao trabalho material para o trabalho imaterial, que vem valorizando o capital a cada dia. O trabalho material é aquele cujo resultado do esforço físico e mental do homem é algo físico, acabado, palpável, tangível. Na agricultura, por exemplo, o trabalho do homem, em contato com a terra, equipamentos, tecnologia, resulta num pé de alface, em um pé de milho, soja, etc. É algo palpável, sólido, sabemos ser o resultado concreto do trabalho humano. Na indústria, um automóvel, uma vestimenta, um calçado; na construção civil, um prédio, uma ponte. Há concretude no esforço humano. Porém, nos dias de hoje, o que mais cresce é o trabalho associado ao setor terciário, aos serviços, portanto não há concretude, pois essas atividades não produzem algo palpável e tangível na maior parte das vezes.

Trabalho, serviços e alienação

No Brasil, 70% dos postos de trabalho abertos nos dias de hoje já estão vinculados ao setor terciário. Nos países ditos desenvolvidos, 90% das vagas estão neste setor. O trabalho nos serviços é completamente diferente do trabalho material, por ser representado por uma classe trabalhadora diferenciada. Além disso, está submetido a um processo de alienação violento, que vem permitindo um aumento no grau de exploração, talvez sem paralelo na história. O trabalho nos serviços – não exclusivamente, mas fundamentalmente – se associa cada vez mais à presença das tecnologias de informação e comunicação, como o telefone celular, a internet, o *IPad*, o *Tablet* e outros instrumentos que, a cada dia, alteram nossa forma de viver. Isso tudo faz com que o trabalho nos serviços possa, cada vez mais, ser exercido fora do local específico.

Explico melhor o trabalho material e seu reconhecimento como tal: sua regulação depende de se definir um local determinado para a sua realização. O trabalho que, por exemplo, fazemos em casa – a atividade doméstica de lavar pratos, roupas, limpeza, etc. – não é reconhecido, não pode ser a base para o financiamento da previdência. Se um prato quebrou e cortamos a mão, não implica em um acidente de trabalho. No entanto, se for realizado na casa de outro, aí sim é passível de ser identificado como prestação de serviços e serve de base para o

acolhimento da previdência social.

Portanto, nem todas as atividades podem ser reconhecidas como trabalho. Para haver regulação, é preciso definir um local específico para a sua realização. Toda normatização em relação ao capitalismo no trabalho material – a jornada e sua extensão quantificável em horas semanais – é estabelecida e só começa a a contagem do tempo de trabalho quando se ingressa em algum estabelecimento, quando se bate o cartão. E essa jornada se encerra quando saímos do local onde, caso haja um acidente, será reconhecido como de trabalho. As pessoas que exercem atividades naquele ambiente podem ter uma representação, um sindicato, que reivindicará pelas regulações correspondentes a cada categoria

A existência desse local permitiu, portanto, uma separação entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. Como não era possível executar as tarefas em casa – como levar um pedaço da ponte que está sendo feita pelos trabalhadores da construção civil –, só era possível realizar o trabalho no local específico. Como não se pode levar uma parte da plantação de soja da fazenda para casa, quando o indivíduo não está no local de trabalho não é caracterizado como trabalhador. Devido a esses fatores, foi o estabelecimento da jornada inglesa – de cinco dias semanais com descanso remunerado aos sábados e domingos. Até então, o trabalho constituía uma atividade heterônoma, apenas para prover a sobrevivência.

Agora, por meio da presença da internet, do telefone celular e de outros instrumentos nos serviços, faz-se trabalho em casa, de modo que o trabalhador, de certa forma, se transforma em importador da sua mão de obra. Pela internet se pode trabalhar em qualquer lugar, pelo telefone celular se pode receber ordens e comandar, enfim, é possível continuar trabalhando. A alienação provocada é tão grande que os trabalhadores ficam felizes, e se sentem importantes, quando, por exemplo, recebem um celular corporativo da empresa da qual são contratados. Mal sabem eles que agora vão estar à disposição em qualquer horário, plugados vinte e quatro horas por dia, inclusive aos sábados e domingos, sem reconhecimento e sem valorização. Há, ainda, a síndrome desse tipo de trabalho, como se a ausência de contato representasse alguma forma de desconsideração.

Esse processo de alienação é tal que hoje se trabalha muito mais do que a jornada legal. Há um processo de intensificação e extensão da jornada de trabalho. Como não temos muitas pesquisas retra-

tando esse tema no Brasil, vou me apegar a alguns dados de pesquisa feita na Inglaterra com trabalhadores de serviços. O estudo mostrou, por exemplo, que essa categoria, em específico, já não tem mais o descanso semanal remunerado porque seus integrantes não se desconectam do trabalho no fim do expediente da sexta-feira. Isso acontece apenas na tarde do sábado. Ainda de acordo com a pesquisa, a volta ao trabalho, no caso dos serviços, acontece na tarde de domingo, ao invés da segunda-feira. Então, se há mais trabalho, há mais riqueza que não está sendo distribuída.

Os trabalhadores não se dão conta desse aumento da exploração, os sindicatos que os representam também não percebem pois não são portadores do futuro, estão pensando no passado, e o Estado ainda não identificou que há ganhos que não estão sendo taxados. Então, vivemos uma época de ampliação do trabalho, de novas doenças profissionais, enfim, uma sociedade do isolamento.

No filme *The Social Network* (*A Rede Social*, em português); uma pessoa antissocial criou um instrumento para se relacionar individualmente. Nunca se consumiu tantos antidepressivos como se consome atualmente. Há um esvaziamento do espaço público, uma crise de sociabilidade em última análise. Com esses novos instrumentos, as novas tecnologias da informação, há um profundo isolamento, individualismo e isolacionismo. Ninguém tem mais tempo para nada, sequer para conversar.

O cidadão penetra no computador e fala com qualquer um, em qualquer lugar do mundo, mas não tem tempo para falar com a namorada, com a companheira, com o filho. Ou seja, aquilo que era característica do ser humano, a comunicação interpessoal, está se perdendo. Sem falar que, na maior parte das vezes, essas novas tecnologias da informação estão levando a um processo de emburrecimento porque não desenvolvem a capacidade de abstração. Mesmo entre os estudiosos, esse fenômeno é acelerado. Há aumento crescente da ignorância porque o processo de ensino e aprendizagem leva à especialização.

Cada um de nós tende a se especializar. Porém, nos dias de hoje, o especialista é aquele que sabe cada vez mais de coisa nenhuma. Ora, na sociedade atual, a quantidade de informações a que somos bombardeados nos impede de ter uma visão totalizante, e tendemos a aprofundar uma visão parcial dos fatos. Se não temos capacidade de analisar e sistematizar a informação – e conhecimento é isso, a capacidade de analisar, de sistematizar a infor-

mação –, estamos trabalhando cada vez mais como ignorantes.

Esse quadro de transformação do trabalho material para o trabalho imaterial representa uma mudança profunda no capitalismo.

Implicações para o Brasil

É sobre esses pontos que se abrem as perspectivas, evidentemente, para países como o Brasil se reposicionarem no mundo, e essa é a ideia que desenvolvi agora: a posição do Brasil frente a essas transformações do capitalismo global.

Há basicamente dois elementos que caracterizam o reposicionamento do Brasil no mundo: o primeiro está relacionado ao redirecionamento do país, a uma vinculação subordinada aos Estados Unidos. Isto ocorreu pelo menos nos últimos setenta anos e essa mudança tem impactado diretamente a estrutura produtiva brasileira. Tínhamos, praticamente até o início de 2002, os EUA como o principal país de conexão do Brasil, não apenas comercial, mas também nos planos ideológico, cultural e econômico, e agora está em curso um processo de deslocamento das relações diplomáticas do Brasil, cada vez mais em direção à Ásia, especialmente à China, que é o principal parceiro comercial brasileiro. A velocidade com que desenvolvemos nossas relações com o país permite, por exemplo, projetar que – a se manter o ritmo de comércio bilateral atual – teríamos em 2022 67% da pauta de exportação do Brasil com a China. As importações dos chineses para o Brasil responderiam por 3% de todas as exportações daquele país. Trata-se, portanto, de uma mudança profunda.

A China se parece cada vez mais com a Inglaterra quando esta foi o centro comercial mundial. A Inglaterra, a então “oficina do mundo”, produzia manufatura, tecidos, etc., mas era um país quase sem grandes recursos naturais. Então, sua relação de troca com os outros países era desigual na medida em que vendia produtos manufaturados e comprava recursos naturais, produtos primários. Raúl Prebisch³ estudou as relações dos termos de troca e identificou que, com o passar do tempo, a indústria e os pontos industriais podiam ser controlados. É diferente do que ocorre, por exemplo, com produ-

3 Um dos grandes intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) da linhagem keynesiana, autor de “Keynes – uma introdução”.

tos agrícolas. O preço dos produtos agrícolas caía enquanto os preços industriais se mantinham ao longo do tempo, de tal forma que os países fabricantes primários tinham que aumentar sua produção e exportar mais para comprar os mesmos produtos industriais, dada a alteração dos termos de troca desfavorável para os países pobres.

Portanto, essa alteração da relação do Brasil com os EUA e a conseqüente aproximação com a China trará novas implicações. Parece haver um aprisionamento da nossa estrutura produtiva a esses termos de relação de troca e o Brasil, nessa conexão, tem se especializado na produção e exportação, sobretudo, de “pedra, pau e água”, sobre os quais estamos nos transformando em especialistas. “Pedra” no sentido de minérios; “pau” no sentido dos produtos primários; e “água”, dizem os entendidos na área, porque há enorme quantidade de água nos produtos de nossa pauta de exportações, como no caso do frango. E estamos importando cada vez mais produtos elaborados, manufaturados, com maior valor agregado.

Não há dúvida de que esse panorama impacta diretamente o Brasil e o recoloca num outro patamar, especialmente pelo fato de que, historicamente, as elites que governaram e governam o país têm sabido tirar proveito relativamente bem desses momentos de alteração da estrutura do capitalismo. A Grande Depressão, que durou de 1873 a 1895, foi um momento de transformações importantes e de reposicionamento do Brasil no mundo. Na década de 1880, por exemplo, houve algumas reformas importantes, como a reforma política em 1881, que abriu a possibilidade aos representantes de províncias; a reforma laboral de 1888, que pôs fim ao trabalho escravo, e fomos um dos últimos países a abolir a escravidão de forma conservadora, pela não integração do negro; em 1889 abandonamos o império e fomos para a República. Em 1891, o Brasil escreveu uma Constituição relativamente democrática e avançada para época; tivemos lideranças visionárias, modernizantes, como os abolicionistas da época. Rui Barbosa, por exemplo, via a necessidade da industrialização no Brasil e defendia uma transição entre a sociedade agrária e a urbanização do Brasil, etc.

Entretanto, a maioria política não estava direcionada para o princípio da modernização. Em 1896, as aristocracias paulista e mineira se rearticulam, coalizão que levará a República Velha até 1930, mantendo o primitivismo da sociedade agrária. Mas o Brasil, ainda na década de 1880 – pelo café e por todas essas mudanças – se conecta com

o mundo e se transforma, entra nos sulcos do comércio internacional e cresce 4% ao ano durante o fim do século 19 e início do século 20. Foram avanços limitados, dado o primitivismo da sociedade agrária.

Na crise de 1929 e na depressão dos anos 1930, o Brasil também se posicionou de forma relativamente interessante a partir do projeto urbano-industrial comandado por Getúlio Vargas, valendo lembrar que as várias derrotas dos antiliberais ao longo das décadas permitiram a formação de uma frente antiliberal muito heterogênea, que tinha de comunistas a fascistas sob a liderança de Vargas. Uma maioria política relativamente fraca para implantar as transformações necessárias. Criamos um novo, a sociedade urbano-industrial, sem alterarmos o velho que, nesse caso, é a sociedade agrária.

Em 1932, há uma contrarrevolução derrotada, mas ali ficou claro que não tínhamos condições para dispor de uma hegemonia modernizante. Washington Luis já dizia em 1930, por exemplo, que a laranja sucederia o café, dado que o café tinha perdido o preço. Supondo que a turma de Washington Luis continuasse no poder, é possível imaginar que um pomar de laranja permitiria ser o que o Brasil é hoje? Isso foi responsabilidade da indústria.

Nesse debate – que opunha, de um lado, os cafeicultores representantes da sociedade agrária e, de outro, a frente liderada por Getúlio Vargas – ficou clara uma percepção: qualquer que seja a mudança (indústria, trabalhadores, sindicatos, legislação trabalhista), no campo nada será feito. Com efeito, o moderno vai ser criado fora da sociedade agrária.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se efetiva em 1943. A primeira leva de direitos sociais trabalhistas do Brasil se deu para as cidades, não para o campo. Em 1940, a proporção de trabalhadores se distribuía ainda de forma predominantemente rural, com apenas 10% de trabalhadores urbanos. Porém, a mão de obra rural recebeu direitos trabalhistas anos depois, a partir da década de 1960. Somente com a Contribuição Previdenciária sobre a Comercialização Rural (Funrural) a previdência começou a chegar ao campo e esse acesso foi consolidado na Constituição de 1988.

No entanto, as transformações na base material do país entre as décadas de 1930 e 1970 foram fundamentais: éramos a quinquagésima economia mundial, elevada à oitava em 1980. Mas a elite que governou o Brasil, do ponto de vista industrializante, desenvolvimentista, não era democrática, tanto que nos a maior parte dos cinquenta anos de in-

dustrialização no Brasil foi preenchida por governos autoritários.

Atualmente, quando o Brasil completa 26 anos de regime democrático, é possível analisar a história do país e constatar a sua abertura política. Todavia, não é possível afirmar que a cultura brasileira é democrática, pois temos uma tradição autoritária. Em mais de 500 anos de história, a democracia predominou em menos de 50. Até 1932, homens pobres e mulheres de qualquer classe social não votavam no país, tanto que as eleições até 1930 contavam com a participação de não mais do que 5% dos brasileiros. Na mesma década se constitui a legislação eleitoral, a Justiça Eleitoral, o voto secreto, mas os analfabetos ainda não votavam, parcela da população que correspondia, entre 1930 e 1940, a 70% dos brasileiros. Esse direito só foi instituído a partir da Constituição de 1988. E tivemos os períodos autoritários: o Estado Novo, de 1937 a 1945 e o regime militar, de 1964 a 1985, em que as elites governantes empurraram os problemas mais uma vez, sem resolvê-los.

Não realizamos as reformas clássicas demandadas pelo capitalismo. Todos os países capitalistas desenvolvidos fizeram, pelo menos, a reforma agrária, a reforma tributária e a reforma social. Nós temos hoje, apesar de 60 anos de experiência de políticas agrárias no Brasil, uma estrutura fundiária muito mais concentrada do que aquela que foi verificada em 1920, quando se realizou o primeiro levantamento sobre esse aspecto.

O panorama da concentração fundiária carrega um viés na representação política se simples constatação. Temos 40 mil proprietários rurais no Brasil que ocupam 50% da área agricultável do país, contingente tão rico que nem impostos paga. Em uma votação, esse segmento elege 110 deputados federais, que é a bancada rural. Por outro lado, temos 14 milhões de trabalhadores da chamada agricultura familiar, que elege 6 deputados federais. Esse é o desequilíbrio que nós temos do ponto de vista do sistema eleitoral brasileiro e estamos vivendo um período dos mais democráticos que o país já teve.

Convivemos com uma fase de oportunidades do ponto de vista do reposicionamento brasileiro, assistimos à transição da vinculação do Brasil com os países ricos, especialmente aos EUA e, cada vez mais, à China. Essa mudança tem repercussões evidentes na estrutura produtiva do país na medida em que nos especializamos em produtos primários. Embora isso permita que o Brasil cresça, mas não é o desejável do ponto de vista de empregos de qualidade.

A outra mudança substancial diz respeito às transformações no mercado de trabalho. Em 2000 o Brasil, a quinta maior população do planeta, era o terceiro país em quantidade de desempregados do mundo, só perdíamos para a China e Índia. Em compensação, em 1980 o Brasil era a oitava economia do mundo e ocupava a 13ª posição no volume de desempregados. Vinte anos depois, passou a ser o terceiro país em volume de desempregados e a 14ª economia em termos do PIB. Houve uma regressão nas décadas de 1980 e 90. Hoje, somos a 7ª e em 2015 podemos ser a 5ª economia do mundo. Essa recuperação a que assistimos ao longo da última década está relacionada a um aumento substancial dos empregos assalariados. O Brasil cresceu, criou 21 milhões de postos de trabalhos no primeiro decênio de 2000 e não há paralelo em qualquer outra década do Brasil em relação a esse dado. Ocorre que, desses 21 milhões de postos de trabalho, 95% deles são de até um salário mínimo e meio. Nesse mesmo período, o Brasil destruiu 4 milhões de vagas com mais de 5 salários mínimos.

A geração dessa quantidade expressiva de postos de trabalhos, ainda que de baixos salários, foi fundamental para que o Brasil reduzisse dramaticamente o número de pessoas consideradas pobres. Como temos uma população de baixa renda e sem acesso à escolaridade, gerar empregos de remuneração inferior foi importante para que essas pessoas pudessem obter a oportunidade de trabalhar. Se gerássemos postos de trabalhos com salários de 3 a 5 salários mínimos, as vagas certamente exigiriam maior escolaridade, e o segmento que está na base da pirâmide social estaria de fora.

Esse movimento da primeira década do século 21 foi muito importante. Para o Brasil, está no horizonte em 2015 praticamente superar a miséria e isto é relevante. São poucos os países que não têm miséria ou pobreza. Esse movimento fomentou maior coesão social, no entanto, se o país se mantiver nessa perspectiva – e espero que continue crescendo – criar empregos de baixa remuneração nos levará a uma polarização maior, uma tensão de novas proporções. O que gera emprego de qualidade não são pessoas com maior educação, pois se fosse assim a Argentina estaria cheia de bons empregos, pois, neste país, o índice de escolaridade é muito superior em relação ao do Brasil. O que gera emprego de qualidade é o índice de expansão da economia e o perfil do seu crescimento. Portanto, esse é um desafio inegável: para onde vamos e que tipo de emprego o país vai oferecer?

Esses dois elementos – a conexão do Brasil com a China e as mudanças brutais no mercado do trabalho – configuram cada vez mais um país que pouco tem a ver com o Brasil dos anos 1970 e 90. Temos outro país! Mas há dois fatores em perspectiva que ajudarão a aprofundar ainda mais as características do Brasil. O primeiro diz respeito à transição demográfica, à demografia brasileira.

Daqui a duas décadas, a população brasileira será completamente diferente da atual, pois, a partir de 2030, haverá uma redução absoluta do número de brasileiros. Isto só aconteceu na década de 1850, quando se estabeleceu o fim do tráfico negreiro, reduzindo a oferta de escravos. Aqueles que ficaram no Brasil morreram aos poucos, pois a expectativa de vida de um indivíduo que exercia o trabalho forçado era de 40 anos. Então, houve redução da população, mas a colonização de mão de obra branca posteriormente fez com que o Brasil entrasse numa rota de aumento populacional. Desde então, a cada ano a população cresce.

Os demógrafos estimavam, há vinte anos, que o Brasil chegaria em 2030 com 240 milhões de brasileiros, mas hoje a previsão é de 207 milhões. A partir de 2030 o número de brasileiros que nascerão poderá ser inferior aos que vão morrer, o que significa dizer que em 2040 o Brasil talvez tenha 205 milhões, 2 milhões menos do que dois anos antes. Estamos diante de uma enorme queda na taxa de fecundidade. As mulheres estão tendo cada vez menos filhos: 1,6 filho por mulher, em média, no Brasil. Para mulheres brancas com mais escolaridade, a taxa de fecundidade está em 0,9.

As mulheres não brancas têm uma taxa de fecundidade 2,2 vezes maior do que a da mulher branca. Mas, o que significa isso? Hoje temos 52% dos brasileiros que se declaram não brancos – cafusos, negros, marrons, enfim, não brancos –, realidade que, conectada à taxa de fecundidade diferenciada, representará um retorno ao que o Brasil era no século 19: um país com 70% de população não branca. Aqui a desigualdade racial é brutal, as cores das pessoas são obstáculos ao acesso das mesmas oportunidades educacionais, de saúde, de emprego e de renda, o que significa que as políticas de cotas serão insuficientes frente a essa mudança na composição racial do país.

Se quisermos ser um país menos desigual, necessitaríamos transformar profundamente as políticas públicas. As iniciativas de cotas introduzidas agora, importantes e defensáveis, serão absolutamente insuficientes porque vão gerar, no máximo,

uma elite não branca e ponto final. Não conseguiremos, porém, universalizar as oportunidades.

Outro aspecto importante a ser considerado do ponto de vista da mudança demográfica está relacionado à alteração etária da população. Em 1990, nós tínhamos 35% dos brasileiros com até 14 anos de idade, ou seja, a cada 3 brasileiros, 1 estava na faixa etária de até 14 anos de idade. Hoje, temos 24% dos brasileiros com até 14 anos de idade. Em 2030 teremos, talvez, 12% da população com até 14 anos de idade. Isto representa, como indica o censo demográfico do IBGE 2010, que algumas cidades estão diminuindo de população. Há, também, sobra de escolas, pois, uma vez que haverá menos pessoas de menor idade escolar, vai faltar aluno. Outra alteração demográfica será a forte expansão de pessoas com mais idade: hoje temos 3 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 80 anos. Em 2030, serão 20 milhões! O país não está preparado para lidar com essa mudança etária.

A idade elevada provoca dificuldades de locomoção e de acessibilidade: não pode haver prédio só com escadas, sem elevador, o tipo de transporte coletivo que temos não atende à demanda dessa faixa etária, pessoas com mais idade tendem a se desconectar das novas gerações, têm dificuldade de comprar remédio, tomar banho, etc.. Como reorganizar o país para essa mudança? Como reformular as políticas públicas diante da drástica alteração da estrutura familiar? Afinal, as famílias que mais crescem no Brasil hoje são as de 4 pessoas (com dois adultos) e famílias monoparentais (um adulto com uma criança). Esse adulto geralmente é uma mulher, quando não um idoso. Quem tem dinheiro certamente poderá utilizar os mecanismos privados para o envelhecimento, mas grande parte dos brasileiros não terá esse recurso. A questão essencial, então, consiste em redefinir o fundo público previdenciário correspondente a esse movimento demográfico, pois duas décadas passam muito rápido!

Outro ponto a se ressaltar está relacionado à mudança do trabalho material para o trabalho imaterial, que se conecta fundamentalmente ao entendimento do que seja conhecimento e, por tabela, à educação. O trabalho imaterial pressupõe identificar que o centro, o principal ativo de um país, passa a ser o conhecimento e não a força física. Nessa sociedade nova, começa a ficar claro que, em primeiro lugar, a forma de organização da educação está inadequada.

Na sociedade urbano-industrial, a educação que se constituiu – e todos nós, em maior ou menor

grau, somos seus reprodutores – é um modelo em que quem estuda são as crianças, os adolescentes e alguns jovens, e os que chegam à universidade. No Brasil, 13% da população de 18 a 24 anos cursam o ensino superior – um patamar ridículo, ainda que no período recente tenha ocorrido um aumento expressivo. Há 10 anos, apenas 5% dos jovens de 18 a 24 anos estudavam. Para se ter uma ideia do quanto esses números são vergonhosos, observemos os dados dos países ricos, em que de 40 a 50% dos jovens entre 18 e 24 anos estão nas universidades. O projeto chinês prevê a criação de 2.000 novas universidades, das quais 50 serão as principais do mundo, o que significa ter 80% dos jovens de 18 a 24 anos na universidade. É preciso refletir se a sociedade pós-industrial, do conhecimento, da informação ou qualquer que seja a denominação, é diferente da que temos hoje. Essa nova sociedade do conhecimento pressupõe entender que a universidade e o ensino superior já não são mais o teto.

Cinco décadas atrás, o cidadão comum sonhava em chegar à universidade e virar doutor, mas essa expectativa era restrita a uma parcela muito pequena da sociedade, pois a maioria dos estudantes chegava, no máximo, ao ensino fundamental e médio. Hoje em dia, é impossível fazer como no passado, quando as pessoas continuavam analfabetas, mas aprendiam a desenhar o nome e isso era suficiente.

Na nova sociedade, estudar é para a vida toda. Essa nova sociedade é muito complexa, e quem não estudar – não apenas para o trabalho, mas para a vida – está fora do sistema. Isso implica em mudar radicalmente o sistema educacional. Em um cenário em que a expectativa de vida pode chegar aos 80 anos – em 1911, essa idade era 35 anos – o estudo não é mais só para a fase precoce da vida.

Esse novo mundo do trabalho pressupõe, por exemplo, o adiamento do ingresso no mercado de trabalho. Face aos ganhos de produtividade do trabalho imaterial, não há argumento técnico que justifique alguém começar a sua vida profissional antes dos 25 anos. Filhos de famílias ricas no Brasil não começam a trabalhar nessa idade: primeiro têm que concluir a universidade, depois fazer uma pós-graduação e estudar fora. Somente os filhos das famílias pobres estão condenados a trabalhar e estudar desde cedo. Assim, lhes sobrarão os piores postos de trabalho, pois os filhos dos ricos chegam depois mais preparados para ocupar os principais cargos públicos e os melhores empregos do setor privado. Esse mercado de trabalho é uma competição cujos resultados já sabemos com antecedência.

Conclusões

Se quisermos um país republicano – o que significa dizer igualdade de oportunidades –, isso se traduz em uma mudança substancial nas condições de oferta de educação para a vida toda. As grandes empresas já se deram conta disso e montaram a “Universidade Corporativa”. Nos EUA, esse tipo de universidade já supera a quantidade de universidades tradicionais. No Brasil, as 400 maiores empresas que têm universidades corporativas comprometem na formação dos seus trabalhadores uma quantia que equivale a 25% de tudo o que o Brasil investe em educação, que é 4,6% do PIB. Essas empresas já gastam 1% do PIB em formação.

A Petrobras comprometeu, em 2010, R\$ 400 milhões na formação dos seus 50 mil servidores. No mesmo período, para formar e qualificar trabalhadores, o Brasil consumiu R\$ 110 milhões. É muito pouco, ainda mais se compararmos aos gastos de algumas grandes empresas como o Banco do Brasil, R\$ 70 milhões; e Caixa Econômica Federal, R\$ 65 milhões. A tendência é que essas corporações, públicas e privadas, formem indivíduos conforme suas necessidades e capturem cada vez mais os recursos públicos.

É absolutamente necessário reconhecer as transformações em curso no mundo, das quais o Brasil não pode ficar fora a não ser que desejemos ser o país da “FAMA”: Fazenda + Mineração + Maquiadoras. Entretanto, por uma questão de escolha, poderemos ser o país do “VACO”: Valor Agregado + Conhecimento⁴. Somos nós que votamos nos políticos, que representam a nossa expressão, e se estão fazendo o que desejamos e precisamos é outro problema. Se estamos insatisfeitos, sejamos nós os políticos. A democracia pressupõe uma correlação de forças, pressão, tensão, conhecimento, e nós somos os privilegiados do país, temos acesso ao conhecimento, à informação, pois a maior parte dos brasileiros não tem nem isso. Como sabemos mais, temos maiores responsabilidades.

Nada impede as transformações do Brasil: não estamos mais prisioneiros ao regime autoritário; os militares não dizem o que devemos fazer; não estamos submetidos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que dizia onde aplicar nossos recursos. Nada nos impede de mudar, apenas o medo de ousar, de fazer diferente, de ser governado pelos mortos. Sim, continuamos sendo governados pelos

4 A propósito, ver artigo de minha autoria: “A encruzilhada brasileira”, FSP, 21/08/2011, p. A3.

mortos porque estamos impregnados de visões que foram construídas por pessoas que já morreram. Não há nada que nos impeça de afastarmos esse medo para construirmos um país superior.

Em relação às iniciativas atuais do governo frente a esse quadro, sou bastante esperançoso pelo fato de que, após um quarto de século em que ficamos sem maioria política para conduzir o desenvolvimento nacional, finalmente estamos em marcha a esse conjunto político necessário. A economia não é um fim em si, é um meio de alcançar um padrão civilizatório superior: o governo da economia pela política. Nas décadas de 1980 e 90 não tivemos uma maioria política, a fragmentação foi muito grande e não definiu rumos. Quando tivemos uma maioria que governou o país em torno da industrialização – como dizia Fiori⁵ –, o projeto não era resolver os problemas, mas empurrá-los para frente.

O fato é que não fizemos as reformas tributária, agrária, etc., mas o país cresceu e houve alguma mobilidade para boa parte dos brasileiros. No entanto, aquela maioria que conduzia o país, em função da crise de 1981 – a crise da dívida externa, quando o país optou por pagar a quantia acumulada dos anos 1970 durante o fim do governo militar – fez com que abandonássemos por duas décadas o dinamismo do mercado interno para as exportações. Por dependermos das exportações, quando iam bem as exportações, o Brasil conseguia crescer, mas não se sustentava ao longo do tempo. Nas décadas de 1980 e 90 tivemos não apenas uma regressão como uma semi-estagnação. O Brasil cresceu em média 2,6% ao ano – uma vergonha para o país. O resultado disso foi a ausência de uma maioria política que tivesse clareza..

Os resultados das três últimas eleições consagraram a maioria que tem a clareza de que o país não pode optar pela recessão, precisa ter crescimento. Isso fez com que, na crise de 2008, deixássemos de adotar as políticas que o Brasil vinha adotando desde 1881, e na década seguinte em razão de problemas internacionais, ou seja, se dizia que quando os Estados Unidos tossiam, o Brasil pegava uma pneumonia. Aprofundávamos a crise aqui por meio do aumento da taxa de juros, elevação tributária, corte de investimentos e do gasto público, compressão do salário mínimo, etc.

5 José Luís Fiori, professor titular de Economia Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor, dentre outros livros, de “Os moedeiros falsos” (Vozes, 1997).

Em 2008, o Brasil não só não respondeu com recessão, como reduziu tributos (com uma série de exonerações pontuais), diminuiu juros (embora atrasado, registre-se), aumentou o salário mínimo, o Bolsa Família e a oferta de crédito, além de dobrar o orçamento para o financiamento do BNDES, etc. Os bancos públicos atuaram de forma ativa e ampliaram sua ação enquanto os bancos privados se encolhiam. Em síntese, reagimos positivamente – algo parecido com a reação à crise de 1973⁶. O Bolsa Família é filhote do que foi concebido em 1974.

Chamo atenção para o fato de que havia uma maioria política que não aceitava a recessão. Em comparação, os eleitorais de 2002 em diante indicam que se formou uma maioria – heterogênea, evidentemente – com a convergência de que o Brasil não pode parar, tem que crescer. E isso é muito importante.

Mas, é preciso qualificar o crescimento da “FAMA” (Fazenda + Mineração + Maquiladoras) ou do “VACO” (Valor Agregado + Conhecimento)? Essa é uma disputa interna do governo atual, diferente de outros governos. No período de Getúlio Vargas havia disputa, como no governo de Juscelino Kubitschek (que venceu com 30% dos votos). Em comum, responderam a momentos críticos com políticas de crescimento.

Destaco que esse é o tema de hoje no Brasil, e há uma maioria política. Então, há iniciativas que apontam para direções diferentes. Não está muito claro o perfil do nosso crescimento, embora esteja evidente que haverá crescimento. O pressuposto é que não devemos repetir o modelo dos anos 1980

6 Em 1973, quando triplicou o preço do petróleo e aumentou o preço das commodities internacionais, houve um intenso debate no governo militar: de um lado, o ministro Mario Henrique Simonsen argumentava que o aumento do petróleo geraria inflação, justificando políticas recessivas; de outro, o ministro Reis Veloso advertiu que, com a recessão, viriam desemprego, manifestações e perda da sustentação política. Tanto que o regime sofreu uma grande derrota eleitoral em 1974. Então, veio o “Pacote de abril”, governo Geisel formulou o II PND e respondeu à crise com mais crescimento a partir de um projeto de ampliação industrial: a criação do Proálcool em 1974. O Brasil foi pioneiro em elaborar uma alternativa de combustível renovável, sustentável. O primeiro programa de transferência de renda, sem estar vinculado ao trabalho, foi feito também em 1974 com o Benefício de Prestação Continuada, e assim teve início a transferência de dinheiro para os pobres no regime militar.

e 90, em que não houve crescimento – ou, quando houve, foi pífio. Um tema polêmico exemplifica essa disputa: tramita no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, que é muito importante porque envolve 10 anos de planejamento da educação brasileira, antes ausentes. A aprovação desse Plano – dentre outras medidas – seria fundamental para um novo padrão de crescimento do país.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas de capitalismo agrário em questão*. São Paulo: ANPOCS, 1992.
- AKYÜZ, Y. Impasses do desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, 72, 2005.
- ALMEIDA, J.; BELLUZZO, L. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- AMARAL, L. *Economia tech*. Lisboa: Booknomics, 2008.
- AMIN, S. *O desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- AMORIM, R.; POCHMANN, M. *Atlas da exclusão social no Brasil*. Cortez: São Paulo, 2003.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001, 4ª edição.
- ARANHA, L. *Educação e trabalho no contexto da terceira Revolução Industrial*. São Cristóvão: UFS, 1999.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- AURELIANO, L.; DRAIBE, S. A especificidade do Welfare State brasileiro. In: MPAS/CEPAL (Org.) *A política social em tempo de crise: articulação e descentralização*. Brasília: MPAS, 1989.
- BALTAR, P. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade* (6); jun-1996.
- BARBOSA, A. et al. *Agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BELLUZZO, L.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil (2)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BIELSCHOWSKY, R. *Cincuenta años de pensamiento em la Cepal*. Santiago: Cepal/FCE, 1998.
- BINDÉ, J. *Rumo às sociedades do conhecimento*. Lisboa: I. Piaget, 2007.
- BOISSONNAT, J. *Horizontes do trabalho e do emprego*. São Paulo: LTr, 1995.
- BRAGA, R. *A restauração do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CAIRE, G. Relations Industrielles et industrialization dans les pays en voie de developement. In: *Tiers Monde*, XXIX, 114, Paris, PUF, 1988.
- CAMPOS, A. et al *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*. Cortez: São Paulo, 2003.
- CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- CARNEIRO, R. *Reformas neoliberais, estabilidade e estagnação*. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.
- CASANOVA, F. *Desarrollo local, tejidos productivos y formación*. Montevideo: Cinterfor/OIT, 2004.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, J.; RIBEIRO, J. *Situação social brasileira*. Brasília: Ipea, 2009.
- CHAHAD, J.; PICHETTI, P. (Orgs.) *Mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003.
- COLBARI, A. *Ética do trabalho*. São Paulo: UFES, 1995.
- DASGUPTA, P. *Human Well-Being and the Natural Environment*. Oxford: OUP.
- DEJOURS, J. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- DINIZ, M. *Os donos do saber*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.) *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.
-

- DUMAZEDIER, J. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: SESC, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Les trois mondes de l'État-providence*. Paris: PUF, 1999.
- FAGNANI, E. *Política social no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 2005.
- FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FRIGOTTO, G. (Org.) *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- GALBRAITH, J.; BERNER, M. *Inequality & Industrial Change*. CUP: Cambridge, 2001.
- GIMENEZ, D. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 2007.
- GOMES, A. *Política e legislação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos, 1966.
- GUERRA, A. et al *Classe média: desenvolvimento e crise*. Cortez: São Paulo, 2006.
- HORMANN, W.; HARMAN, J. *O trabalho criativo*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- HOUGHTON, J. *Global Warming*. Cambridge: CUP, 2009.
- JAMES, P. et al. *Work of the future*. Sidney: Allen & Unwin, 1997.
- JOVER, D. *La formación ocupacional*. Madrid: Editorial popular, 1991.
- KEYNES, J. O fim do "laissez faire". In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.) *Keynes*. São Paulo: Ática, 1983. Economia, p. 106-126.
- KON, A. *Economia de serviços*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Claridade, 2003.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995, 3ª edição.
- LOPES, J. *Desenvolvimento e mudança social*. Nacional: São Paulo, 1971.
- LOPREATO, F. Um olhar sobre a política fiscal recente. In: *Economia e Sociedade*, n. 19. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.
- MADDISON, A. *Perspectives on Global Economic Progress and Human Development*. Annual Symposium, 2008.
- MADDISON, A. *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD, 2003.
- MASI, D. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Senac, 1999.
- _____. *O futuro do trabalho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. *Economia e Sociedade* (10); jun-1998.
- MELLO, J. Conseqüências do neoliberalismo. In: *Economia e Sociedade*, n. 1. Campinas: IE/NICAMP, 1992.
- MERLLIÉ, D.; PRÉVOT, J. *La mobilité sociale*. La Découverte: Paris, 1997.
- MESTRINER, M. *O Estado entre a filantropia e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MÉSZÁROS, I. *Desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORAIS, R. *Liberalismo e neoliberalismo*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.
- MOREIRA, M.; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.) *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- NEFFA, J.; TOLEDO, E. (Orgs.) *El trabajo del futuro, el futuro del trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- NEFFA, J. *El trabajo humano*. Buenos Aires: Lumen, 2003.

- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformação do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OIT. El impacto de la mundialización. *Revista Trabajo*, n. 8, Genebra, OIT, 1994.
- OIT. *La exclusion en América Latina*. Lima: Visual service, 1995.
- OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo. Ed. Scritta, 1996.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. (Orgs.) *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PLIHON, D. *O novo capitalismo*. Coimbra: CC, 2003.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *Qual desenvolvimento?* São Paulo: Publisher, 2009.
- _____. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Força de trabalho e tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- _____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PRADO, A. *Neoliberalismo e desenvolvimento: a desconexão trágica*. Campinas: IE/Unicamp, 2006.
- REICH, R. *O trabalho das nações*. São Paulo: Educator, 1994.
- REQUENA, J. *Propriedad intelectual y desarrollo tecnológico*. São Paulo: Monte Avila Editores, 1991.
- RIFKIN, J. *The end of work*. New York: Putnam, 1995.
- ROBINSON, J. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ROSSO, S. *Mais trabalho!* São Paulo: Boitempo, 2008.
- SADER, E. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, B. (Org.) *Trabalhar o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, J. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002.
- SILVA, A. *Desenvolvimento, indústria e comércio na era da globalização*. Campinas: IE/Unicamp, 2008.
- SINGER, P. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SODRÉ, N. *História da burguesia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1963.
- SOUZA, P. R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.
- TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. (Orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas relações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.
- WERNECK, C. *Lazer, trabalho e educação*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor licenciado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). E-mail: <presidente@ipea.gov.br>.

Recebido para avaliação em agosto de 2011. Aprovado para publicação em setembro de 2011.